

# A PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA EM PORTUGAL: QUE CONTRIBUIÇÃO PARA UMA SOCIEDADE CIVIL FORTE?

JOSÉ MANUEL LEITE VIEGAS

Viegas, J. M. L. (2011), A participação associativa em Portugal: que contribuição para uma sociedade civil forte? *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 43-58.

**Sumário:** O autor pretende analisar o contributo das associações para o fortalecimento da sociedade civil em Portugal. Com este objectivo, começa por diferenciar os efeitos cívicos e democráticos das associações, por um lado, e os tipos e as modalidades de associações, por outro lado. Seguidamente apresenta dados empíricos da participação associativa em Portugal, primeiramente, em comparação com outros países europeus, num segundo momento, analisa a evolução dessa participação desde 2001 a 2008. As análises teóricas e empíricas permitem-lhe concluir que a participação é maior nas associações que dão um contributo forte para a integração social e é menor a participação nas associações que expressam os novos movimentos sociais. Estas são as associações que mais contribuem para o debate na esfera pública, no entanto, o autor reconhece que as associações de integração social, como as associações de solidariedade social, bem como as associações de defesa de interesses, como os sindicatos, têm também contribuído para o debate na esfera pública, através dos problemas sociais que apresentam na comunicação social.

Viegas, J. M. L. (2011), What kind of contribution may be provided by the associations to strengthen our society? *Boletim do Núcleo Cultural da Horta*, 20: 43-58.

**Summary:** The author analyzes the contribution of associations to strengthen civil society in Portugal. To this end, begins to differentiate the civic and democratic impact of the associations, on the one hand, and the types and forms of associations, on the other side. Then presents empirical evidence of associative participation in Portugal, first, in comparison with other European countries, second, examines the evolution of this involvement from 2001 to 2008. The theoretical and empirical analysis allow the conclusion that participation is higher in the associations that give a strong contribution to social integration, and the participation is not so significant in associations that express the new social movements. These are the associations that contribute most to the public sector, however, the author acknowledges that the associations of social integration, such as solidarity organizations and associations to defend interests, like unions, have also contributed for the debate in the public sector, through the social problems published in the media.

José Manuel Leite Viegas – Professor Associado com Agregação do ISCTE-IUL.

**Palavras-chave:** Associações voluntárias, participação associativa, cidadania.

**Key-words:** Voluntary associations, social participayion, citizenship.

## INTRODUÇÃO

O reconhecimento das implicações cívicas e democráticas das associações voluntárias remonta a Alexis de Tocqueville, com sua obra *De la Democratie en Amerique*<sup>1</sup>. As virtualidades das associações eram consideradas numa dupla vertente: por um lado, a integração social dos indivíduos, fortalecendo laços de solidariedade, cooperação, tolerância e desenvolvimento social, e, por outro lado, a contribuição que as associações davam para a capacitação e motivação dos indivíduos, que lhes permitiam participar na vida pública e política.

Ainda segundo aquele autor, o efeito fundamental do envolvimento associativo seria contrariar ou compensar a tendência moderna para o individualismo, por via da aquisição de competências cívicas, que sensibilizavam e habilitavam os cidadãos para participarem no debate e resolução dos problemas colectivos. O individualismo dos cidadãos propiciava o seu alheamento da vida cívica e política, que podia até ter consequências nefastas para a liberdade, na medida em que facilitava a tomada do poder

por um pequeno grupo organizado, que imporá a sua tirania à maioria dos cidadãos. De facto, cidadãos indiferentes, alheados da política e desunidos seriam incapazes de reagir aos eventuais atentados à liberdade. Neste sentido, e no dizer de Sigrid Roßteutscher (2000: 233), a participação nas associações seria um “campo de treino para a democracia”.

Na última década do século passado manifestou-se um interesse renovado pelas associações por parte de uma diversidade de correntes teóricas da Sociologia e da Ciência Política. Os benefícios da participação em associações não são apenas considerados a nível individual, mas atingem o próprio modelo institucional de democracia: desde os *neo-pluralistas* (Cohen e Rogers, 1995; Hirst, 1994) e *neo-corporativistas* (Mansbridge, 1995; Schmitter, 1995), que advogam um modelo em que as associações participam no processo político de decisão por via institucional; aos comunitaristas (Etzioni, 1993; Bellah *et al.*, 1992) que valorizam o aspecto da integração social e seus efeitos nos deveres cívicos; passando, ainda, pelos teóricos do “capital social” (Putman, 1993 e 2000; Fukuyama, 1995) que defendem o revigoramento do associativismo a nível local e regional, pelas virtudes cívicas e também de

---

<sup>1</sup> Em França a edição do 1.º volume foi em 1835, o 2.º volume saiu em 1840; a edição portuguesa considerada foi a de 2001 (ver bibliografia).

desenvolvimento social e económico que resultam dessa participação.

A teoria do “capital social” de Putman, que envolve as associações, merece uma atenção muito especial, pelas repercussões que teve esta concepção teórica, quer no campo científico, quer ainda nos meios económicos e políticos.

Putman (1993), no estudo que realizou em 15 regiões do norte, centro e sul de Itália, começou por detectar que, nas diferentes regiões, existia uma correlação positiva entre os níveis de participação associativa, a confiança interpessoal, a tolerância, os níveis de bem estar social e de participação cívica e política dos cidadãos. As regiões com maior vivência cívica e associativa, exemplificadas pela região da Emília Romagna, eram também aquelas que apresentavam maior dinamismo económico e maior responsabilização das autoridades políticas.

A densidade de participações associativas estava associada a maiores índices de confiança social que, no seu conjunto, definiam uma nova variável, o “capital social”, que caracterizaria uma dada região ou espaço social. Existiria, assim, uma relação directa entre o capital social e as performances económicas, cívicas e políticas.

Para Putman (2000), o decréscimo na participação associativa, nomeada-

mente nos Estados Unidos da América desde a década de 60 do século passado, explicava o decréscimo da participação política, a desconfiança relativamente às instituições políticas e aos seus agentes e o aumento do individualismo e do cinismo político. Apesar de existir um reconhecimento alargado, e desde o século XIX, sobre os benefícios sociais e políticos das associações, as vozes e os argumentos que contrariam estas posições também se fazem ouvir, aliás, com maior insistência nos últimos tempos.

Um dos argumentos invocados é que o número de pessoas que se envolvem nas associações é diminuto e, mesmo assim, revela-se decrescente nas últimas décadas. Neste entendimento, a importância das associações não resultaria da valorização dada pelos cidadãos à sua participação, mas resultaria da necessidade dos Estados encontrarem interlocutores institucionais com quem dialogar, para poderem legitimar as suas decisões. Neste entendimento, as sociedades desenvolvidas actuais seriam extremamente complexas, surgindo de todo o lado múltiplas pressões sobre o sistema político, muitas delas contraditórias. Assim, a paz social exige que o Estado encontre outros interlocutores sociais para além dos partidos políticos. As associações voluntárias seriam os novos interlocutores do Estado, para além dos tradicionais parceiros da concer-

tação social – os sindicatos e as organizações patronais – num processo em que as associações ganhavam reconhecimento institucional, quando, contraditoriamente, estavam a perder apoio junto dos cidadãos.

Uma segunda objecção tem a ver com o prejuízo para o interesse geral das associações, pelo designado “efeito de facção”. Esta objecção, tão velha quanto Rousseau, tem sido reforçada nos anos mais recentes com o argumento de os interesses particulares, cristalizados nas associações, contribuírem para a ingovernabilidade, dado o bloqueamento das decisões, que resultaria da audição sistemática de associações, orientadas para interesses particulares e, por vezes, contraditórios.

Curiosamente, alguns dos críticos do papel das associações não apontam para os inconvenientes do activismo participativo, que mobilizaria parte dos cidadãos para vantagens particulares, mas para os efeitos generalizados de desmobilização dos cidadãos para as acções de protesto: as associações contribuiriam para a passividade política e o conformismo social, resultantes da sua função integrativa (Rosenblun, 1998). Esta leitura é claramente americana, em que as asso-

ciações tradicionais, nas cidades de pequena e média dimensão, expressam os valores das *classes médias* e têm uma função importante, mas não exclusiva, de controlo social.

Finalmente, outros opositores do papel cívico e político das associações apontam para a falta de democracia interna de algumas associações, como também são apontados os objectivos pouco democráticos das associações que surgem para defender interesses ou grupos sociais específicos, mas que utilizam linguagem e comportamentos agressivos relativamente aos que são exteriores ao grupo ou associação.

Depois destas breves considerações, introdutórias ao problema em debate, apresentaremos os pontos seguintes deste texto. No primeiro, iremos clarificar as questões teóricas e desenvolver a nossa abordagem do problema associativo. No segundo ponto, analisaremos os dados empíricos do envolvimento associativo em Portugal comparando-os com os de outros países europeus e numa perspectiva longitudinal. Finalmente no último ponto, a título conclusivo, será feito o balanço do papel das associações no revigoramento da sociedade civil em Portugal e as perspectivas futuras.

## 1. DIVERSIDADE DAS ASSOCIAÇÕES E DOS SEUS EFEITOS SOCIAIS

Embora os efeitos cívicos e democráticos do envolvimento associativo sejam continuamente invocados, a investigação científica nem sempre evidencia a correlação positiva entre participação associativa e os valores cívicos e políticos ou, quando tal acontece, os coeficientes de correlação são baixos (Robteutsher, 2000). Mas a existência de correlação não quer necessariamente dizer que existe uma causalidade. Pode acontecer, e é bem crível que assim seja, que certos indivíduos, devido à sua socialização, inserção social, ou trajetória de vida, sejam publicamente activos, manifestando-se essa tendência para o envolvimento, quer na área social, quer na área política.

Em nosso entender, a razão de não se revelar claramente a relação entre participação associativa e implicações cívicas e políticas resulta do facto de, por um lado, não se diferenciarem os efeitos cívicos e, por outro lado, não se distinguirem os diferentes tipos de associação. De facto, será crível que uma associação de filatelia tenha os mesmos efeitos cívicos e políticos que o envolvimento num sindicato ou numa associação de direitos humanos? Seguramente que não, pelo que há que distinguir efeitos cívicos e tipos de associações.

Começemos, então pelo princípio, isto é, pela definição de associação

voluntária. Consideramos associação todo o grupo de indivíduos que decidem, voluntariamente, pôr em comum os seus conhecimentos, actividades ou bens de forma continuada, segundo regras por eles definidas, tendo em vista compartilhar os benefícios da cooperação ou defender causas ou interesses (Meister, 1972). O voluntariado distingue a associação voluntária dos grupos primários, como a família, bem como de organismos estatais de carácter coercivo. Associações, neste sentido, requerem a existência de uma sociedade pluralista, livre e democrática, e inserem-se na sociedade civil (Habermas, 1996; Cohen e Arato, 1999).

As associações são, assim, o núcleo fundamental da sociedade civil, distinguindo-se do Estado, e das organizações que gravitam à sua volta, mas também das sociedades económicas que se movem no mercado com objectivos de lucro. Será através das associações que os indivíduos transpõem para o espaço público problemas vividos na esfera privada, reformulando-os em problemas sociais, que serão objecto de discussão pública, em grande parte através da comunicação social (Habermas, 1966; Cohen e Arato, 1999).

Os efeitos cívicos e democráticos das associações poderão ser considerados numa perspectiva alargada relativa-

mente ao contributo inicial de Tocqueville. Tomando como referência a proposta de Warren (2001 e 2004) esses efeitos desenvolvem-se a três níveis:

- *efeitos a nível individual*: aumento da informação, das competências simbólicas, do sentimento de poder participar, do sentido crítico, da tolerância social e política e das virtudes cívicas em geral;
- *efeitos a nível da esfera pública*: expressão pública de interesses de grupos específicos; contribuição para a discussão pública e a deliberação democrática;
- *efeitos institucionais*: representação de interesses, identidades e orientações normativas; suporte de acções colectivas de protesto e resistência; funções de coordenação e regulação; papel subsidiário na implementação de políticas públicas.

Estamos agora em condições de responder ao problema inicial de existirem tão poucos cidadãos envolvidos em associações mas, apesar desse facto, continuar-se a valorizar a contribuição cívica e política do envolvimento associativo.

A questão inicialmente posta tem subjacente a ideia de que os efeitos democráticos se restringem à partici-

pação dos indivíduos na vida interna das associações, que corresponde, no esquema acima apresentado, aos *efeitos a nível individual*. Mas os efeitos das associações manifestam-se a outros níveis. Algumas associações transportam para a esfera pública a defesa de ideias, interesses e valores, ampliando, assim, o número daqueles que são abrangidos pelos efeitos das associações. Estes efeitos de amplificação são potenciados pela comunicação social.

O mesmo efeito amplificador se manifesta nos designados efeitos institucionais, naquelas associações que representam publicamente interesses e que, por vezes, mobilizam os cidadãos para manifestações públicas com grande repercussão na comunicação social.

Uma dada associação não tem que ter efeitos a um só nível. Por exemplo, uma associação de defesa do ambiente pode ter uma vivência interna de debate e formação de opinião, com os consequentes *efeitos a nível individual*, mas os seus efeitos são mais amplos, pela repercussão dessas posições no público em geral, resultante da sua difusão através da comunicação social. No entanto, a um dado tipo de associação corresponderá um efeito social predominante. No exemplo dado anteriormente, as associações ambientais até podem realizar algum debate interno, no qual os asso-

ciados vão formando a sua opinião e tomando posições sobre as matérias ambientais, mas os efeitos cívicos e políticos serão predominantemente resultantes da defesa dessas posições na esfera pública, nomeadamente na comunicação social.

Diferenciámos os efeitos das associações, interessa agora distinguir as associações.

Existem várias tipologias de associações, que resultam da aplicação de critérios puramente teóricos ou que têm em consideração as similitudes que existem entre elas e se revelam empiricamente. Estas últimas semelhanças detectam-se pela correlação entre as associações a que um mesmo indivíduo pertence<sup>2</sup>. Combinando os dois critérios, teórico e empírico, Wessel (1997) distingue três tipos de associações: as *associações políticas* (que incluem as associações profissionais), as *associações* que expressam *os novos movimentos sociais* e, por último, as *associações de carácter social*. Van Deth e Kreuter (1998) fazem uma proposta muito semelhante: associações que expressam *a nova agenda política*, as *associações de carácter social* (que incluem as associações religiosas e de solida-

riedade social) e as associações que expressam *os interesses tradicionais* (partidos políticos e organizações socioprofissionais).

Em trabalho anterior apresentámos e defendemos uma proposta de tipologia de associações que contempla aspectos teóricos e empíricos (VIEGAS, 2004), a saber:

- Associações de *integração social*,
- Associações de *defesa de interesses de grupo*,
- Associações que expressam *os novos movimentos sociais*.

As associações de *integração social* englobam as associações recreativas, culturais, religiosas, entre outras, em que a função de integração social aparece como predominante. Não queremos dizer que estas associações não desempenhem outras funções, mas é a dimensão cívica de integração que se revela mais importante.

As associações de *defesa de interesses de grupo*, como os sindicatos, ordens, associações de pensionistas, associações patronais, entre outras, têm uma função institucional de defesa de interesses, mas também contribuem para o debate na esfera pública.

Finalmente, as associações que *expressam os novos movimentos sociais*, como as associações de defesa dos direitos de cidadania, de defesa

<sup>2</sup> Tecnicamente, estes resultados obtêm-se através de análises Factoriais em Componentes Principais das associações a que os indivíduos dizem pertencer.

dos consumidores, de defesa do ambiente, de defesa dos animais, entre outras, têm efeitos cívicos importantes pela contribuição que dão para o debate público, mas também para a formação da opinião sobre matérias socialmente relevantes.

## 2. A PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA EM PORTUGAL: ANÁLISE COMPARATIVA E EVOLUTIVA

Iremos analisar, primeiramente, a participação associativa em Portugal num quadro comparativo europeu, e, para tal, recorreremos a um estudo comparativo entre 13 países europeus, o projecto de investigação *Citizenship, Involvement, Democracy*, com dados recolhidos entre 2001 e 2003 (CID, 2001/2003). No inquérito respectivo, aplicado em todos os países que integraram essa pesquisa, era perguntado aos indivíduos se tinham tido algum envolvimento, nos últimos 12 meses, com cada uma das 36 modalidades de associações que lhes eram apresentadas. Esse envolvimento poderia englobar qualquer uma das seguintes situações: a) ser membro da associação; b) ter participado nas actividades da associação; c) ter dado donativos; d) ter feito trabalho voluntário. Neste sentido, “envolvimento” pressupõe pelo menos uma das situações referidas. Por motivos de comparabilidade com os dados actuais analisa-se apenas a opção “ser membro”, isto é, pertencer a uma dada organização ou

Com as distinções feitas, dos diferentes efeitos cívicos, por um lado, e dos diferentes tipos de associações, por outro lado, estamos em condições de analisar empiricamente a participação associativa em Portugal.

associação voluntária. Dos 13 países abrangidos pelo projecto CID seleccionámos 8, incluindo Portugal, que nos dá um panorama diversificado da Europa: dos países do sul aos do norte, dos do ocidente aos de leste. De acordo com os dados apresentados no QUADRO 1 verificamos que são as “associações desportivas”, “culturais” e “recreativas” e as “associações religiosas”, aquelas que, em Portugal, representam a maior fatia da pertença associativa, sendo os valores percentuais superiores às que se registam em Espanha nas modalidades de “associações recreativas” e “religiosas”, e com taxas superiores às que se registam nos dos países de leste europeu considerados, em qualquer das modalidades deste tipo. Tal como ficou evidenciado no ponto teórico anterior, este tipo de associações caracteriza-se, fundamentalmente, pelo seu impacto ao nível da integração social dos seus membros e pela fraca contribuição para o debate na esfera pública.



QUADRO 1

## Pertença associativa por tipo e modalidade associativa em 8 países europeus (2001/2003) (%)\*

Modalidades de associação		Portugal (n=1010)	Espanha (n=4252)	Alemanha (n=1991)	Holanda (n=1649)	Suécia (n=1210)	Dinamarca (n=1640)	Moldávia (n=1219)	Roménia (n=1217)
Novos movimentos sociais	1. Organizações de acção cívica	4	9	24	65	58	26	3	2
	2. Clube desportivo	12	14	31	34	36	42	3	1
Integração social	3. Organização Cultural	3	7	13	14	12	16	1	1
	4. Clubes e associações recreativas	8	2	12	17	11	12	1	1
	5. Organização religiosas	9	3	10	28	7	5	2	2
	6. Organização Social	4	9	3	23	38	40	3	5
Defesa de interesses	7. Sindicatos	5	5	8	23	51	63	5	6
	8. Associação Profissional	1	3	3	7	5	5	1	1
	9. Organização Patronal	2	3	2	10	11	11	4	2

FONTE: CID Project 2001/2003.

\* Valores percentuais arredondados às unidades.

Pelo contrário, as associações com mais forte potencial de intervenção no debate da esfera pública, como as “associações de consumidores”, as associações de “defesa de direitos de cidadania” e de “valores sociais” (agregadas na primeira linha do QUADRO 1, com a designação de “organizações de acção cívica”) são as que em Portugal apresentam percentagens de participação mais baixas, ficando muito aquém das percentagens registadas em Espanha e sobretudo nos países do centro e do norte da Europa. Quanto às associações de defesa de interesses as percentagens de parti-

cipação são baixas, mas também são baixas na generalidade dos outros países europeus. De facto, se considerarmos a filiação em sindicatos, por exemplo, só nos países nórdicos é que encontramos participações altas, superiores a 50%. O valor para Portugal, da ordem dos 5%, é análogo ao que encontramos em Espanha, Moldávia e Roménia. Também aqui, estes valores não dão conta do peso dos sindicatos na esfera pública em Portugal que, julgamos, é bem maior do que é expresso pelo número de respondentes que disseram ser sindicalizados. Estamos a considerar o

peso institucional dos sindicatos, em grande parte resultante da sua participação na concertação social.

Centrando, agora, a análise no caso português, importa analisar a evolução da pertença associativa em Portugal, com dados de outros projectos posteriores, mas agora sem compararmos com outros países.

O indicador utilizado foi o número de pertenças a associações diferentes, e foi construído com base em todos os dados disponíveis para Portugal, de 1990 a 2008: Euro Valey Survey (1990 e 1999), o já referido projecto CID (2001/2003), o projecto *Participação e Deliberação Democrática* (PDD, 2006)<sup>3</sup> e o projecto *Os Depu-*

*tados Portugueses em Perspectiva Comparada* (DPPC; 2008)<sup>4</sup>.

Como se pode ver no QUADRO 2, a pertença associativa mostrou-se estável de 1990 a 2006, apenas com pequenas oscilações, e é em 2008 que se denota um maior desinvestimento dos cidadãos, com a subida para valores na ordem dos 84% dos cidadãos que não tem qualquer tipo de pertença associativa.

O que estes dados não relevam é que existe uma tendência no modelo de envolvimento associativo no nosso país que se caracterizava pelo reduzido número de participantes, mas com alta intensidade de participação (Viegas, 2004, Viegas e Santos,

QUADRO 2

**Pertença associativa, por número de associações, em Portugal (1990-2008) (%)\***

Número de Associações	EVS 90 %	EVS 99 %	CID 2001 %	PDD 2006 %	DPPC 2008 %
Três ou mais	6	3	6	7	1
Duas	8	4	10	7	4
Uma	20	21	28	21	11
Nenhuma	66	72	56	65	84
Total	100	100	100	100	100
	N=985	N=1000	N=1010	N=1000	N=1350

FONTES: *European Value Survey* (EVS) 1990 e 1999; *Citizenship Involvement and Democracy* (CID) 2001; *Participação e Deliberação Democráticas* (PDD) 2006; *Deputados Portugueses em Perspectiva Comparada* (DPPC), Inquérito à população, 2008.

\* Números arredondados às unidades.

<sup>3</sup> Projecto aprovado e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado por José Manuel Leite Viegas.

<sup>4</sup> Projecto aprovado e financiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia e coordenado por André Freire e José Manuel Leite Viegas.

2008). A intensidade de participação<sup>5</sup> é medida através de indicadores de participação nas actividades, trabalho voluntário e entrega de donativos e, a conjugação destes dados com a pertença associativa possibilita uma maior compreensão do fenómeno.

Neste mesmo sentido vão os dados sobre o envolvimento associativo, nos dois momentos em que se realizaram os referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez. O número de associações criadas e as iniciativas de debate foram muito superiores para o último referendo do que para o primeiro: enquanto que em 1998 só se constituíram 7 associações com direito a tempos de antena, em 2007 criaram-se 19 associações nas mesmas circunstâncias (Viegas e Santos, 2010). Ora, este resultado não é revelado quando só tomamos em consideração os resultados aos inquéritos nacionais.

Não poderemos continuar a explorar esta dimensão da participação associativa, porque, no inquérito de 2008, não estão incluídos os respectivos indicadores de intensidade de participação. Essa análise mais aprofundada do envolvimento associativo será direccionada para as modalidades de participação associativa, que

também é um aspecto muito importante para a caracterização do modelo de investimento associativo.

Comparando os dados obtidos em 2001 e 2003, QUADRO 3, verifica-se, num primeiro olhar, uma tendência para a diminuição da pertença associativa na generalidade das associações, excluindo as associações socio-profissionais, que registam um ligeiro acréscimo, e as organizações sociais, com pertenças estabilizadas nos 4%. O decréscimo de pertença em organizações religiosas, de 9% para 2%, poderá ser explicado pela maior laicização da sociedade portuguesa, também registada noutros contextos. Menos compreensíveis são os decréscimos de pertença, igualmente significativos, em associações desportivas e recreativas. Serão resultado de factores conjunturais, associados a um período de dificuldades financeiras das famílias, ou reflectirão mudanças estruturais de menor envolvimento colectivo? Com estes dados não poderemos dar respostas fechadas a esta questão.

Outro dado digno de nota é o não aumento da participação em organizações de acção cívica que vai ao arripio das nossas expectativas. A impossibilidade de comparar na actualidade os dados recolhidos em Portugal com outros países europeus não permite uma compreensão mais global deste resultado. No entanto, tendo

---

<sup>5</sup> Em 2008 não foi possível incluir estes indicadores no inquérito por questionário à população.

QUADRO 3  
Evolução da pertença associativa por modalidades de associações, em Portugal, 2001, 2008 (%)\*

Modalidades de associação		2001 (n=1010)	2008 (n=1350)
Novos movimentos sociais	1. Organizações de acção cívica	4	2
Integração social	2. Clube desportivo	12	4
	3. Organização cultural	3	2
	4. Clubes e associações recreativas	8	3
	5. Organização religiosa	9	2
	6. Organização social	4	4
Defesa de interesses	7. Sindicatos	5	4
	8. Associação profissional	1	3
	9. Organização patronal	2	1

FONTE: Projecto CID, 2001 e projecto DPPP, Inquérito à População, 2008.

\* Valores arredondados às unidades.

em atenção dados anteriores (Viegas e Susana, 2008), julgamos ser uma característica do investimento associativo português que se agravou neste tempo de crise. De acordo com a teoria de Inglehart (1997) é em períodos de maior escassez de recursos, os valores materialistas tendem a sobrepor-se aos valores pós-materialistas

que estão subjacentes a este tipo de associações.

A caracterização feita da participação associativa em Portugal, em conjugação com o quadro teórico inicialmente avançado, permite-nos responder, seguidamente, à questão inicialmente posta do contributo das nossas associações para uma sociedade civil forte.

### 3. PARTICIPAÇÃO ASSOCIATIVA E SOCIEDADE CIVIL: ANÁLISE CONCLUSIVA

Apesar das oscilações apontadas, poderíamos dizer que existe um padrão de envolvimento associativo em Portugal, que se caracteriza pelo predomínio das associações de integração social, pela fraca expressão

das associações direccionadas para o debate na esfera pública de temáticas ligadas aos novos movimentos sociais, e pela expressão moderada das associações de representação de interesses.

Vejamos cada uma destas características e suas implicações cívicas e políticas.

A sociedade portuguesa das últimas décadas tem revelado uma grande capacidade de integração social, mesmo em situações de rápida mudança social. Relembramos o sucesso que foi a reintegração das populações retornadas de África depois da descolonização (PIRES, 2003), bem como o que se passou na última década do século passado com o surgimento de fluxos de imigração vindos de vários continentes, em alguns casos com larga expressão numérica. Note-se que Portugal sempre foi um país de emigração e que, num curto espaço de tempo, se transformou num país de imigração. Pois bem, muito embora essas transformações potenciem o conflito, tudo se passou, pelo menos até agora, sem que tivessem surgido problemas sociais graves. A integração das diferentes vagas de imigração tem sido feita com relativo sucesso. Sem dúvida que para estes bons resultados de integração social concorreram as políticas sociais desenvolvidas pelo Estado, bem como a proximidade cultural de alguns desses imigrantes, como por exemplo os que vieram do Brasil ou da África ex-portuguesa, da nossa própria cultura. Julgamos, no entanto, que esta característica associativa da sociedade civil portuguesa, principalmente na sua dimensão de

solidariedade social, também deu um contributo para o sucesso da integração social.

Não podemos, no entanto, dizer que este tipo de associações só tem efeitos no campo da integração social. Como se vê hoje mais claramente, devido á crise económica e social, algumas destas associações, particularmente as de solidariedade social, manifestam-se na comunicação social, chamando a atenção para o problema da pobreza ou da situação precária de um ou outro segmento social. Neste sentido, estas associações também contribuem para o debate na esfera pública.

No entanto, as associações que expressam os valores e interesses dos *novos movimentos sociais* são aquelas que, na nossa teoria, mais contribuem para o debate na esfera pública, nomeadamente na comunicação social. Se atendermos apenas aos resultados dos inquéritos á população, as associações deste tipo são aquelas em que os cidadãos portugueses menos participam, e em percentagens inferiores á generalidade dos países do centro e norte europeu.

Esta seria, assim, uma marca da nossa sociedade civil. Sem querermos negar em absoluto este entendimento, devemos dizer que, se aplicarmos outras metodologias, os resultados são um pouco atenuados. Relembramos o que foi dito sobre o envolvimento associativo e a mobilização cívica aqun-

do dos referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez em 1997 e, no segundo referendo, em 2007.

O que parece existir cada vez mais é um envolvimento associativo não continuado, mas pontual e de acordo com os objectivos pragmáticos dos cidadãos. Este tipo de envolvimento é característico das novas classes médias com maiores índices de instrução, ligadas às profissões liberais e maiores níveis de rendimentos. Ora, são exactamente esses segmentos sociais que se envolvem mais em associações que expressam os novos movimentos sociais e que contribuem para o debate na esfera pública. A ser assim, o baixo envolvimento dos cidadãos nas associações cívicas registado nos inquéritos à população e o seu não crescimento na última década resultaria do tipo da metodologia de registo e não da efectiva quebra de participação dos cidadãos. O exemplo dado da participação nos dois referendos sobre a interrupção voluntária da gravidez parecem confirmar esta hipótese que, no entanto, carece

de demonstração mais alargada. Quanto à participação nas associações de defesa de interesses, sindicatos e associações profissionais, verificámos, primeiramente, que, com excepção dos países nórdicos, que têm níveis de participação muito elevados no campo sindical, as percentagens de participação em Portugal não são muito diferentes dos outros países europeus. A evolução de 2001 para 2008 revela, no entanto, tendências que merecem alguma atenção. A participação em sindicatos diminuiu naquele período, no entanto, aumentou a sua visibilidade na esfera pública, em grande parte resultante da capacidade de mobilização para acções de protesto, como greves, particularmente nos últimos anos, com grande repercussão na comunicação social. Parece, assim, confirmar-se o que já anteriormente dissemos quanto à maior presença na esfera pública de algumas modalidades de associações, como os sindicatos, sem que isso represente um crescimento da participação dos cidadãos.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BELLAH, Robert N. *et al.* (1992), *The Good Society*. Nova Iorque: Vintage Books Edition.
- COHEN, Jean L. e ARATO, Andrew (1999, 5.<sup>a</sup> ed.), *Civil society and Political Theory*. Cambridge, Massachusetts/London: The MIT Press.
- COHEN, Joshua e ROGERS, Joel (1995), “Secondary Associations and Democratic Governance”, in Erik Olin Wright (ed.), *Association and Democracy*. Londres/Nova Iorque: Verso, pp. 7-100.
- ETZIONI, Arnitai (1993), *The Spirit of Community*. Londres: Fontana Press.

- FUKUYARNA, Francis (1995), *Trust: The Social Virtues and the Creation of Prosperity*. Nova Iorque: Free Press (edição portuguesa de 1996, *Confiança. Valores sociais & Criação de Prosperidade*. Lisboa: Gradiva).
- HABERMAS, Jurgen (1996), *Between Facts and Norms*. Cambridge: Polity Press.
- HIRST, Paul (1994), *Associative Democracy – new forms of economic and social governance*. Arnherst: The University of Massachusetts Press.
- INGLEHART, Ronald (1997), *The Silent Revolution: Changing Values and Political Styles among Western Publics*. Princeton: Princeton University Press.
- MANSBRIDGE, Jane (1995), “A Deliberative Perspective on Neocorporatism”, in Erik Olin Wright (org), *Associations and Democracy*. Londres/Nova Iorque: Verso, pp. 132-147.
- MEISTER, Albert (1972), *Vers une Sociologie des Associations*. Paris: Les Éditions Ouvrières.
- PIRES, Rui Pena (2003), *Migrações e Integração*. Oeiras: Celta Editora.
- PUTNAM, Robert (1993), *Make Democracy Work. Civic Traditions on Modern Italy*. Princeton: Princeton University Press.
- PUTNAM, Robert (2000), *Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community*. Nova Iorque: Simon Schuster.
- ROBTEUSCHER, Sigrid (2000), “Democracia associativa: as associações voluntárias como campo de treino para a democracia?”, in José Manuel Leite Viegas e Eduardo Costa Dias (orgs), *Cidadania, Integração, Globalização*. Oeiras: Celta, pp. 233-254.
- ROSEMBLUM, Nancy (1998), *Membership and Morals: The Personal Uses of Pluralism in America*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHMITTER, Philippe (1995), “The Irony of Modern Democracy and the Viability of Efforts to Reform its Practice”, in Erik Olin Wright (org), *Associations and Democracy*. Londres/Nova Iorque: Verso, pp 167-183.
- TOCQUEVILLE, Alexis (2001; 1.ª edição de 1830, 1.º volume e 1840, 2.º volume), *Da Democracia na América*. Cascais: Principia.
- VIEGAS, José Manuel Leite (2004), “Implicações Democráticas das Associações Voluntárias: o Caso Português numa Perspectiva Comparativa europeia”, *Sociologia – Problemas e Práticas*, n.º 46.
- VIEGAS, José Manuel Leite e SANTOS, Susana (2008), “Associativismo, cidadania e democracia”, *Finisterra*, n.º 58/59/60.
- VIEGAS, José Manuel Leite e SANTOS, Susana (2010), “Envolvimento associativo e mobilização cívica. O caso português em perspectiva comparativa e evolutiva”, in José Manuel Leite Viegas et al. (orgs), *A Qualidade da Democracia em Debate. Deliberação, Representação e Participação Políticas em Portugal e Espanha*. Lisboa: Mundos Sociais.
- VAN DETH, Jan e KREUTER (1998), “Membership of voluntary associations”, in Jan Van Deth (org.) *Comparative Politics: The Problem of Equivalence*, Londres: Routledge, pp. 135-155.
- WARREN, Mark (2001), *Democracy and Associations*. Princeton: Princeton University Press.
- WARREN, Mark (2004), “Que tipo de sociedade civil é melhor para a democracia?”, in José Manuel Leite Viegas, Manuel Leite Viegas, António Costa Pinto e Sér-

- gio Faria (orgs.), *Democracia: Novos desafios, Novos Horizontes*. Oeiras: Celta Editora.
- WESSEL, Bernard (1997), "Organizing capacity of societies and modernity", in Jan Van Deth (org.), *Private groups and Public Life: Social participation and Political Involvement in Representative Democracies*. Londres: Routledge, pp. 198-219.